

Contratos-Programa

19. Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e as Empresas Municipais para 2024– I/102818/2023.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais abaixo identificadas para o ano 2024, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

- a) Teatro Circo de Braga, E.M, S.A.;
- b) Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.;
- c) IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 102818

Data: 20/11/2023

Assunto: Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e as Empresas Municipais para 2024
Teatro Circo de Braga, E.M, S.A.; Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
O Presidente
O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

PROPOSTA: Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais identificadas para o ano 2024.

I. Exposição e Motivos

1. No âmbito da estratégia para o desenvolvimento económico, cultural e social de Braga, foi apresentado, por parte das administrações das empresas municipais, Teatro Circo de Braga, E.M, S.A., Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., uma proposta para a

celebração de contratos-programa, com vista a consolidar a visão de assunção de atribuições encetada nos últimos anos, e consequentemente fomentar o desenvolvimento das suas atividades.

2. Sobre estas entidades - com revelantíssimas responsabilidades no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho - cabe apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhes estão cometidas e a que este município não pode alhear-se.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

3. Estas empresas municipais, ainda que integradas no tecido empresarial local, representam entidades cujo objeto promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população de Braga, prosseguindo atividades entendidas como de interesse geral.
4. Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação e cultura, ação social e habitação, promoção do desenvolvimento, que lhe são acometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), e), h), i) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
5. O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.
6. Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.
7. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que os apoios concedidos geram uma “*mais-valia*” vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica nas situações vertentes.
8. Os apoios a conceder não consubstanciam um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.

9. No que respeita ao controlo das atribuições dos apoios, impende sobre as empresas municipais, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.
10. Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município nas empresas municipais para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.
11. As minutas dos contratos-programa preveem ainda no seu articulado o direito do Município verificar o cumprimento do documento contratual e o acompanhamento das ações propostas e a desenvolver.
12. Nestes termos, considere-se ainda que:
 - a) O Teatro Circo de Braga, E.M, S.A. é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto o desenvolvimento de atividades culturais e de outras atividades relacionadas com o seu objeto social e não excluídas por lei;
 - b) A Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., é uma empresa local que visa a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social;
 - c) A IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., é uma empresa local que tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros;
 - d) As mencionadas empresas regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;
 - e) O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem

os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;

- f) As minutas dos contratos-programa a celebrar inscrevem a carteira de projetos específicos a desenvolver, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas das empresas, atento que o esforço associado à execução destas intervenções é muito superior aos meios de exploração libertos pelas empresas;
 - g) As minutas dos contratos em anexo cumprem ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
- 13. O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.
 - 14. Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.
 - 15. De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.
 - 16. Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 6 do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os presentes contratos-programa foram objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único de cada empresa.
 - 17. As despesas têm enquadramento, respetivamente, nas rubricas 0102/04010101, do Orçamento do Município, cabendo-lhe os números de cabimento 84251, 84252 e 84271, com os compromissos sequenciais 105180, 105182 e 105219.

Em face do exposto, **proponho**:

Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º

da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais identificadas para o ano 2024.

Anexos:

1. Contratos-Programa com as mencionadas empresas municipais

PROPOSTA

ASSUNTO: Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e as Empresas Municipais para 2024

Teatro Circo de Braga, E.M, S.A.; Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.

I. Exposição e Motivos

1. No âmbito da estratégia para o desenvolvimento económico, cultural e social de Braga, foi apresentado, por parte das administrações das empresas municipais, Teatro Circo de Braga, E.M, S.A., Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., uma proposta para a celebração de contratos-programa, com vista a consolidar a visão de assunção de atribuições encetada nos últimos anos, e consequentemente a fomentar o desenvolvimento das suas atividades.
2. Sobre estas entidades - com revelantíssimas responsabilidades no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho - cabe apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhes estão cometidas e a que este município não pode alhear-se.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

3. Estas empresas municipais, ainda que integradas no tecido empresarial local, representam entidades cujo objeto promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população de Braga, prosseguindo atividades entendidas como de interesse geral.

4. Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação e cultura, ação social e habitação, promoção do desenvolvimento, que lhe são acometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), e), h), i) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
5. O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.
6. Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.
7. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que os apoios concedidos geram uma "*mais-valia*" vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica nas situações vertentes.
8. Os apoios a conceder não consubstanciam um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.
9. No que respeita ao controlo das atribuições dos apoios, impende sobre as empresas municipais, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações

financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.

10. Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município nas empresas municipais para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.

11. As minutas dos contratos-programa preveem ainda no seu articulado o direito do Município verificar o cumprimento do documento contratual e o acompanhamento das ações propostas e a desenvolver.

12. Nestes termos, considere-se ainda que:

- a)** O Teatro Circo de Braga, E.M, S.A. é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto o desenvolvimento de atividades culturais e de outras atividades relacionadas com o seu objeto social e não excluídas por lei;
- b)** A Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., é uma empresa local que visa a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social;
- c)** A IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., é uma empresa local que tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros;

- d)** As mencionadas empresas regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;
 - e)** O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;
 - f)** As minutas dos contratos-programa a celebrar inscrevem a carteira de projetos específicos a desenvolver, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas das empresas, atento que o esforço associado à execução destas intervenções é muito superior aos meios de exploração libertos pelas empresas;
 - g)** As minutas dos contratos em anexo cumprem ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
- 13.** O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.
- 14.** Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.

- 15.** De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.
- 16.** Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os presentes contratos-programa foram objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único de cada empresa.
- 17.** As despesas têm enquadramento, respetivamente, nas rubricas 0102/04010101, do Orçamento do Município, cabendo-lhe os números de cabimento 84251, 84252 e 84271, com os compromissos sequenciais 105180, 105182 e 105219.

Em face do exposto, **proponho:**

Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais identificadas para o ano 2024.

Braga, ____ de _____ de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio, Dr.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º 6/alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pelo **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.** (doravante designado de “Entidade” ou “Teatro Circo”), do **Município de Braga**, com base no “Contrato Programa” no valor de 4 145 948 euros, para o exercício de 2024, cuja minuta se anexa (documento com vinte e uma páginas, por nós rubricadas e carimbadas).
2. O Teatro Circo constitui, no quadro das suas atribuições, um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos.
3. O valor do subsídio à exploração visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais incorridos nas atividades prosseguidas pelo Teatro Circo, na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada com o Município de Braga.

Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Teatro Circo o cálculo do valor da indemnização compensatória, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

7. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação dos diferenciais entre os preços reais apurados com base no plano previsional de custos e os preços efetivamente praticados pelo Teatro Circo para as atividades de programação própria.

8. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

Parecer

9. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor da indemnização compensatória previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pelo Teatro Circo.

10. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes, facto que vem agravado pela incerteza relacionada com o atual clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerado pelas tensões geopolíticas e situações de conflito mundiais.

Braga, 02 de novembro de 2023.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

Contrato-Programa 2024

Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

Entre:

Primeiro Outorgante: Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, neste ato representada por Maria Sameiro Macedo Araújo, na qualidade de Vice-Presidente, doravante identificado como “Município de Braga”,

e

Segundo Outorgante: Teatro Circo de Braga EM, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, nº 697, 4710-251 Braga, pessoa coletiva nº 500463964, aqui representado por Joana Margarida Rodrigues de Meneses Fernandes e Maria de Lurdes Rufino Machado de Campos Oliveira, na qualidade de membros do Conselho de Administração, doravante identificado como “TCB”.

Considerando que:

- a) É atribuição do Município de Braga a implementação de atividades que contribuam para o desenvolvimento cultural do concelho, através da diversificação da oferta cultural, da conquista de novos públicos, do acesso crescente da população à criação e fruição culturais;
- b) Ao abrigo da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a TCB, sociedade integralmente detida pelo Município de Braga, é uma empresa local, que prossegue o interesse público, cuja atividade possui uma especificidade técnica e material que justifica e torna mais conveniente a sua gestão sob a forma empresarial, e que tem como objeto exclusivo a exploração de atividades de interesse geral (vide artigos 6º nº 1, 19º nº 1 e 20º nº 1);
- c) A TCB constitui um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto social, consagrado no art.º 2º dos seus Estatutos, a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- d) Neste contexto, para além da gestão do Theatro Circo, a empresa assegura, desde 2020, a gestão do equipamento cultural gnraton, com base nos seguintes pressupostos:
 - i. O edifício mantém-se sob propriedade do Município, com a salvaguarda do uso e exploração pela TCB, sempre sujeita à previa autorização do primeiro;
 - ii. O Município mantém na sua esfera os contratos de fornecimento de energia e água,

manutenção de AVAC, sistemas de incendio, elevador, sistema de videovigilância e controlo de acessos, bem como a infraestrutura de rede e conectividades, considerando que a propriedade do edifício se mantém sob a alçada do mesmo, que também controla a sua gestão;

- iii. O Município assume as obras de grande envergadura do edifício gnraton, assumindo a TCB as despesas de manutenção corrente, nomeadamente todas as pequenas obras de manutenção que resultam da atividade que realiza no espaço;
 - iv. São assumidos pela TCB os encargos com consumos correntes de higiene e limpeza, comunicações e segurança, bem como os que decorrem da aquisição de material de escritório, aquisição e reparação de equipamentos para a atividade cultural e aquisição de novo licenciamento de software;
 - v. O Município assegura o seguro multirriscos do edifício, ficando a TCB responsável pelo seguro de responsabilidade civil bem como por todas as licenças e demais seguros relativos à realização dos eventos que irá programar para este espaço;
 - vi. São receitas da TCB a bilheteira dos eventos realizados no gnraton e serviços associados aos mesmos;
 - vii. São, ainda, receitas da TCB as relativas a cedências de espaços a terceiras entidades, devidamente autorizadas pelo Município, na medida em que estas sejam necessárias para suportar os custos administrativos, de segurança e limpeza que decorrem destas mesmas cedências;
- e) Neste contexto, a missão da TCB é a de dinamizar e elevar a atividade cultural de Braga, nas áreas das artes performativa e digitais, promovendo a criação e fidelização de públicos e o enriquecimento cultural dos seus cidadãos;
- f) Para desenvolver a sua missão de serviço público foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:
- i. Aposta numa programação eclética, de elevada qualidade, diversificada e abrangente;
 - ii. Participação ativa nos processos de preparação e discussão da estratégia e políticas culturais a implementar na cidade;
 - iii. Abertura do Theatro Circo e do gnraton à comunidade e aos criadores locais, e apoio ao intercâmbio artístico, nacional e internacional;
 - iv. Criação e fidelização de públicos;
 - v. Reforço da notoriedade e posicionamento do Theatro Circo e do gnraton;
 - vi. Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável;

- g) Para a prossecução dos objetivos acima definidos, a TCB desenvolve um programa cultural próprio nos espaços culturais sob a sua gestão, diverso na sua temática, abrangendo todas as áreas culturais (desde o teatro, dança e música, e outras artes do espetáculo, ao cinema, exposições, debates e conferências sob o tema da cultura), passando também pela implementação de um serviço de mediação de públicos e visitas guiadas;
- h) Transversal à programação destes dois equipamentos e projetando-se também para fora dos mesmos, está desenvolvimento de uma programação específica na área de Media Arts, na sequência da admissão da cidade de Braga na Rede de Cidades Criativas da UNESCO, assumindo uma maior dimensão e responsabilidades acrescidas em 2024, com a apresentação da Bienal INDEX. Ainda em 2024, a empresa municipal irá organizar, em conjunto com o Município de Braga, o encontro anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, que mobilizará cerca de 350 cidades criativas a nível mundial e que aqui apresentarão o seu trabalho e discutirão estratégias e projetos para os próximos anos;
- i) A partir de 2023, a TCB é também responsável pela implementação de parte da programação e comunicação do plano de ação de Braga25 - Capital Portuguesa da Cultura. O programa oficial da Capital Portuguesa da Cultura será definido em estreita cooperação pela equipa da empresa municipal anteriormente responsável pela Candidatura CEC, pelo Município de Braga e pela Direção Artística responsável pela Theatro Circo e gnration; estas duas entidades e equipas mencionadas constituem a Equipa de Missão Braga 25.

O programa da Capital Portuguesa da Cultura 2025 focar-se-á: (i) na concretização parcial dos projetos definidos na Candidatura CEC 2027, refletindo a realidade da dotação orçamental agora vigente e uma aposta nos projetos mais estruturantes e de legado; (ii) numa oferta cultural do Município de Braga orientada para os objetivos da Braga 2025 acima descritos; e (iii) por uma programação reforçada do Theatro Circo e gnration nos mesmos pressupostos.

Face aos pressupostos expostos, a Teatro Circo de Braga terá sob a sua alçada a Coordenação Geral da Equipa de Missão; a implementação dos projetos decorrentes do referido processo de candidatura; e a coordenação da Estratégia de Comunicação da Braga 25, incluindo a gestão de redes de sociais oficiais e conteúdos. É a implementação destes projetos, a sua gestão e comunicação que estão considerados no âmbito do presente contrato-programa.

- j) Quer no contexto da Braga 25, quer no contexto da BMA e dos equipamentos geridos pela TCB, o programa cultural quer-se abrangente no que concerne aos seus públicos-alvo, acessível a todos e promotor de um maior conhecimento e fruição cultural, o implica a prática de uma política de preços reduzidos, com descontos adicionais para segmentos específicos da população, bem como a realização de um conjunto de atividades de acesso gratuito;
- k) Esta prática, decorrente da sua natureza de serviço público, limita necessariamente as receitas auferidas no âmbito das atividades de programação interna concretizadas, pelo facto de não

serem executadas a preços de mercado, sendo estas receitas deficitárias para fazer face aos custos que as respetivas atividades acarretam;

- l) Assim, é necessário dotar a TCB dos instrumentos financeiros que lhe permitam fazer face ao défice supracitado, garantindo as condições necessárias para a concretização do seu programa cultural;
- m) O subsídio à exploração a atribuir à empresa municipal, como contrapartida das obrigações assumidas neste âmbito, depende da celebração de Contrato-Programa, forma esta exigida em conformidade com o disposto no art.º 47º da Lei nº 50/2012, devendo definir-se o seu objeto, montante do subsídio à exploração, obrigações dos outorgantes e, ainda, os indicadores e objetivos a atingir.

É celebrado o presente Contrato-Programa, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

O presente Contrato-Programa visa disciplinar e regular a atribuição de um subsídio à exploração pelo Município de Braga à empresa municipal TCB decorrente do desenvolvimento de uma política de preços acordada entre as partes outorgantes, e que visa cobrir os custos económicos que a empresa suporta por força da exigência de prossecução da sua atividade conforme o interesse geral, imposta pelo Município de Braga.

Cláusula 2.ª

(Finalidade e objetivos)

1. De acordo com o definido na cláusula 1ª, o Contrato-Programa visa a concretização da programação interna do Theatro Circo e gnration, enquanto equipamentos culturais da cidade, contribuindo para os principais objetivos estratégicos do seu plano de atividades.
2. Os objetivos estratégicos inerentes à celebração do presente Contrato-Programa são os seguintes:
 - a) Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030;
 - b) Apoio ao sector cultural e criativo local, através da capacitação e promoção dos criadores locais e regionais;
 - c) Promoção do intercâmbio, coprodução e cocriação artística, nacional e internacional;
 - d) Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal aos equipamentos e programação cultural;

- e) Promoção da programação cultural da cidade de Braga, através do reforço da notoriedade dos equipamentos culturais e programas de ação a cargo da empresa municipal;
 - f) Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável.
3. Para a prossecução destes objetivos foi definido um plano de ação que se traduz num conjunto de medidas, mais concretas, que mais facilmente puderam ser convertidas em indicadores mensuráveis, a saber:
- a) Desenvolvimento da programação própria regular do Theatro Circo e do gnration, de acordo com os princípios definidos nos respetivos planos de atividade;
 - b) Implementação do programa de ação de Braga Media Arts;
 - c) Preparação e implementação da programação de Braga 25 a cargo da TCB;
 - d) Aposta na produção artístico-cultural local e regional, com ênfase em projetos de produção própria e coprodução e valorizando a circulação de projetos no contexto da Rede de Teatros e Cineteatros portugueses;
 - e) Desenvolvimento de programas específicos de mediação, para os equipamento e projetos apoiados, norteado pelos princípios da universalidade de acesso à participação cívica e fruição cultural;
 - f) Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos;
 - g) Otimização contínua dos custos na operacionalização da programação interna e reforço das receitas próprias;
 - h) Rigoroso controlo orçamental que garanta um resultado líquido positivo;
 - i) Pagamento atempado a fornecedores.

Cláusula 3.ª

(Regime da comparticipação financeira)

1. O montante da comparticipação financeira a atribuir à TCB é de **4.145.948€** (quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito euros), a ser transferido em doze tranches mensais, entre janeiro e dezembro de 2024, valor a ser transferido até ao dia 10 de cada mês.
2. O valor da comparticipação financeira visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais das atividades prosseguidas pela TCB na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada entre as partes, como se demonstra no Anexo I ao presente contrato.

Cláusula 4.ª.

(Obrigações do segundo outorgante)

1. O segundo outorgante obriga-se a apresentar, ao primeiro outorgante, relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos de Gestão Previsional e, ainda, um relatório final referente ao desenvolvimento do Contrato-Programa celebrado, identificando a missão desenvolvida e os objetivos alcançados, descrevendo as atividades realizadas e apresentando indicadores quanto aos resultados obtidos.
2. Do relatório final, a apresentar até final de maio de 2025, constarão as políticas de preços concretizadas, das quais decorram receitas operacionais, no ano em curso, inferiores aos custos anuais, de acordo com o definido nos termos do art.º 47º da Lei nº 50/2012.

Cláusula 5.ª

(Indicadores de Eficácia e Eficiência para 2024)

Considerando os objetivos definidos na cláusula 2ª, e por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 1 da cláusula 4ª no que concerne à medição da sua realização, foram definidos os seguintes indicadores para as atividades desenvolvidas ao abrigo do Contrato-Programa:

Indicadores de execução do Contrato-Programa e sua relação com os objetivos estratégicos da empresa

Quadro nº 1 – Indicadores de Eficácia do Theatro Circo

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2024
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Reforço e qualificação da programação própria regular do Theatro Circo	Nº de eventos apoiados (exceto visitas)	[170 -185]
		Público nos eventos apoiados	[37 500-50 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[10-20]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[7-12]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Reforço das ações de formação de públicos dos equipamentos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	Nº de ações de formação público totais	[35 - 45]
		Nº total de participantes em ações de formação de públicos	[800-1200]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento do Theatro Circo</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de exemplares de agenda distribuídos	[20000-30000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 2 – Indicadores de Eficácia do gnracion

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2024
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Reforço e qualificação da programação própria regular do gnracion	Nº de eventos apoiados (exceto BMA)	[90 - 100]
		Público nos eventos apoiados	[50 000 - 65 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[7-10]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[10– 15]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Reforço das ações de formação de públicos dos equipamentos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	Nº de ações de formação público totais	[10 - 20]
		Nº total de participantes em ações de formação de públicos	[2 000-3 000]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento do gnracion</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de exemplares de agenda distribuídos	[10 000 – 15 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 3 - Indicadores de Eficácia de BMA

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2024
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Desenvolvimento de programação na área das Media Arts	Nº de eventos e ações desenvolvidos	[180 - 210]
		Público nas ações e eventos apoiados	[25 000 - 35 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[10 – 20]
	Aposta no intercâmbio internacional	N.º de eventos de carácter internacional	2
		N.º de público nos eventos de carácter internacional	[20 000 - 30 000]
		N.º de entidades e artistas internacionais envolvidos	[20 - 30]
<i>Criação e fidelização de públicos</i>	Reforço das ações de formação de públicos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	Nº de ações de formação público	[140 - 170]
		Nº total de participantes em ações	[2 000-3 000]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento da BMA</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de exemplares de agenda distribuídos	[8 000 – 12 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 4 – Indicadores de Eficácia de Braga 25

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2024
Implementação da programação de Braga 25	Execução do programa de ação de Braga 25	Nº de eventos apoiados	[180-210]
		Público nos eventos apoiados	[10 000- 15000]
Apoio ao sector cultural e criativo local, através da capacitação e promoção dos criadores locais e regionais	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[10-25]
	Desenvolvimento de ações de Capacitação do Sector Cultural e Criativo	N.º de ações desenvolvidas	[15 -30]
		N.º de participantes	[900-1200]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[25-35]
Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal	Desenvolvimento de um programa de mediação e de ações com comunidades locais	N.º de ações	[55-65]
		Nº total de participantes	[6000-8000]
Reforço da notoriedade e posicionamento de Braga 25	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de materiais de comunicação distribuídos	[20 000-30 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 5 – Indicadores de Eficiência

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato-Programa	Meta 2024
<i>Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável</i>	Rigorous controlo orçamental que garanta um resultado líquido positivo	Resultado líquido	> 0
	Pagamento atempado a fornecedores	Prazo médio de pagamento	< 30 dias

Cláusula 6.ª
(Acompanhamento e fiscalização)

O Município de Braga reserva-se o direito de verificar o cumprimento do disposto no presente Contrato-Programa através do acompanhamento das ações propostas e desenvolvidas pela TCB.

Cláusula 7.ª
(Incumprimento da cláusula 3ª)

A falta de cumprimento das obrigações constantes da cláusula 3ª ou a mora no seu cumprimento implica, salvo facto devidamente justificado e aceite pelo primeiro outorgante, a impossibilidade de celebração de novo Contrato-Programa.

Cláusula 8.ª
(Vigência do contrato)

O Contrato-Programa produzirá os seus efeitos a 1 de janeiro de 2024 e vigorará durante o ano de 2024.

Cláusula 9.ª
(Aceitação)

O presente Contrato-Programa, a submeter para aprovação pelo Executivo Municipal, vai ser assinado pelo primeiro e segundo outorgantes.

Cláusula 10.ª
(Compromisso)

Ao presente Contrato-Programa foi atribuído o número de compromisso xxx, nos termos da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Braga, xx de novembro de 2023

O Vice-Presidente do Município de Braga

A Administração da TCB

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

No presente anexo apresenta-se a informação de suporte ao cálculo do subsídio à exploração, que está individualizado pelos equipamentos e projetos produzidos pela empresa municipal, nomeadamente, o Theatro Circo, gnracion, BMA e Braga 25. Normalmente as atividades da BMA estão incluídas no apoio dado ao gnracion, dado que a maioria dos eventos ocorre no espaço, mas este ano, dada a relevância das atividades a desenvolver, nomeadamente com o INDEX e o encontro anual da rede de cidades criativas da UNESCO, que também ocorrem no Theatro Circo e se estendem a outros locais da cidade, optou-se por individualizar o cálculo do subsídio atribuído a estes eventos.

Face a este enquadramento, apresentam-se de seguida os pressupostos subjacentes ao valor apresentado para o contrato-programa a celebrar para o ano de 2024.

a) Estimativa de espectadores/públicos das atividades apoiadas

O cálculo do número de eventos e respetivo público referente aos eventos do Theatro Circo e gnracion, tiveram em consideração a média de público do ano anterior, e os eventos de programação interna que se pretende concretizar em 2024.

No caso das atividades de BMA foi considerada a estimativa das atividades desenvolvidas de forma regular ao longo dos últimos anos, a que se juntou a estimativa de público do INDEX com base nos dados da última edição e do programa a desenvolver em 2024 e para a reunião da UNESCO os valores apresentados decorrem do histórico deste evento noutras edições.

Para as atividades a desenvolver no âmbito do plano de ação de Braga 25, a estimativa de eventos e públicos resulta das ações previstas para 2024 nos projetos a desenvolver no contexto desta iniciativa.

	Theatro Circo		
	N.º eventos	N. médio publico	Público Total
Espectáculos	86	385	33 110
Sessões de Cinema	46	85	3 910
Formação de Públicos	40	30	1 200
Outros Eventos	10	650	6 500
Visita	70	20	1 400
Total	252	183	46 120

	gnration		
	N.º eventos	N. médio publico	Público Total
Espectáculos	45	175	7 875
Sessões de Cinema	4	80	320
Formação de Públicos	16	168	2 680
Outros Eventos	14	1 142	15 988
Residências Artísticas	15	0	0
Visitas a exposições	12	2 917	35 000
Total	106	4 481	61 863

	BMA		
	N.º eventos	N. Médio publico	Público Total
Espectáculos	15	286	4 290
Sessões de Cinema	10	75	750
Formação de Públicos	160	18	2 880
Outros Eventos	10	1 420	14 200
Residências Artísticas	3	0	0
Exposições	1	6 000	6 000
Conferencias	7	30	210
Total	206	138	28 330

	Braga' 25		
	N.º eventos	N. Médio publico	Público Total
Espectáculos	22	45	990
Residências	35	14	475
Conferencias	25	47	1 165
Ações de formação/Capacitação	20	52	1 044
Ações com comunidade	39	30	1 155
Ações de mediação	60	128	7 690
Total	201	62	12 519

b) Estimativa de públicos por tipo de bilhete

A estimativa de públicos por tipo de desconto, que abaixo se apresenta, foi calculada com base na distribuição dos descontos atribuídos por tipos de eventos, num ano de atividade regular, e considerando a tipologia de eventos a realizar em 2024.

Para estimativa de públicos por tipo de desconto considerou-se que todas as atividades desenvolvidas no contexto da Braga 25 serão de entrada gratuita.

Nas tabelas seguintes apresenta-se a previsão de descontos por tipo de evento e o seu impacto na bilheteira de 2024, por equipamento e projeto compartilhado.

Theatro Circo				
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	11 589	3 311	11 589	6 622
Sessões de Cinema	1 369	0	2 151	391
Formação de Públicos	180	60	60	900
Outros Eventos	650	0	0	5 850
Visitas	280	0	210	910
Total	14 067	3 371	14 009	14 673

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	35%	10%	35%	20%
Sessões de Cinema	35%	0%	55%	10%
Formação de Públicos	15%	5%	5%	75%
Outros Eventos	10%	0%	0%	90%
Visita	20%	0%	15%	65%

*Os bilhetes relativos aos camarotes alugados a empresas são incluídos na coluna dos bilhetes gratuitos, dado que o pagamento do camarote é efetuado integralmente e de forma antecipada, não sendo duplicada a emissão de bilhetes no próprio evento.

gnration				
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	2 756	1 181	2 363	1 575
Sessões de Cinema	0	0	0	320
Formação de Públicos	0	0	0	2 680
Outros Eventos	0	0	0	15 988
Residências Artísticas	0	0	0	0
Visitas a exposições	0	0	0	35 000
Total	2 756	1 181	2 363	55 563

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	35%	15%	30%	20%
Sessões de Cinema	0%	0%	0%	100%
Formação de Públicos	0%	0%	0%	100%
Outros Eventos)	0%	0%	0%	100%
Residências Artísticas	0%	0%	0%	100%
Visitas a exposições	0%	0%	0%	100%

Braga Media Arts

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	2 145	644	644	858
Sessões de Cinema	225	0	0	525
Formação de Públicos	288	0	0	525
Outros Eventos	0	0	0	14 200
Residências Artísticas	0	0	0	0
Exposições	0	0	0	6 000
Conferencias	0	0	0	210
Total	2 658	644	644	22 318

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	50%	15%	15%	20%
Sessões de Cinema	30%	0%	0%	70%
Formação de Públicos	10%	0%	0%	90%
Outros Eventos	0%	0%	0%	100%
Residências Artísticas	0%	0%	0%	100%
Exposições	0%	0%	0%	100%
Conferencias	0%	0%	0%	100%

Braga' 25

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	0	0	0	990
Residências	0	0	0	475
Conferencias	0	0	0	1165
Ações de formação/Capacitação	0	0	0	1044
Ações com comunidade	0	0	0	1155
Ações de mediação	0	0	0	7690
Total	0	0	0	12 519

	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Espectáculos	0%	0%	0%	100%
Residências	0%	0%	0%	100%
Conferencias	0%	0%	0%	100%
Ações de formação/Capacitação	0%	0%	0%	100%
Ações com comunidade	0%	0%	0%	100%
Ações de mediação	0%	0%	0%	100%

c) Preços médios por área e preços de mercado

Os quadros seguintes apresentam o valor médio do preço do bilhete (IVA incluído) por área de atividade da programação interna, e por equipamento e projeto cultural, face ao preço de mercado que teria de ser praticado pela empresa, ainda que visando a obtenção de um lucro mínimo.

Theatro Circo

	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espetáculos	15,0 €	9,1 €	41,7 €
Sessões de Cinema	4,0 €	2,5 €	14,6 €
Formação de Públicos	10,0 €	2,2 €	67,2 €
Outros Eventos	10,0 €	1,0 €	34,8 €
Visita	3,5 €	1,0 €	10,2 €

gnration

	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espetáculos	7,0 €	4,3 €	69,7 €
Sessões de Cinema	0,0 €	0,0 €	19,0 €
Formação de Públicos	0,0 €	0,0 €	10,7 €
Outros Eventos	0,0 €	0,0 €	5,0 €
Residências Artísticas	0,0 €	0,0 €	0,0 €
Visitas a exposições	0,0 €	0,0 €	1,1 €

Braga Media Arts

	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espetáculos	7,0 €	4,9 €	29,6 €
Sessões de Cinema	3,5 €	0,0 €	22,5 €
Formação de Públicos	5,0 €	0,5 €	93,7 €
Outros Eventos	0,0 €	0,0 €	53,8 €
Residências Artísticas	0,0 €	0,0 €	0,0 €
Exposições	0,0 €	0,0 €	3,7 €
Conferências	0,0 €	0,0 €	734,7 €

Braga' 25			
	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espectáculos	0,0 €	0,0 €	49,3 €
Residências	0,0 €	0,0 €	757,1 €
Conferencias	0,0 €	0,0 €	0,0 €
Ações de formação/capacitação	0,0 €	0,0 €	93,3 €
Ações com comunidade	0,0 €	0,0 €	890,8 €
Ações de mediação	0,0 €	0,0 €	3,2 €

Os preços acima apresentados para o bilhete inteiro, a serem praticados em 2024, correspondem a um valor médio por evento, variando, por princípio, num intervalo pré-definido com o Município conforme as tabelas seguintes. Para a Braga 25 não se apresenta tabela dado ser de acesso gratuito.

Theatro Circo		
	Grande Público	Público escolar
Espectáculos	[6,00€ - 30,00€]	[3,5€ - 5€]
Sessões de Cinema	4,00 €	n.a.
Formação de Públicos	[5,00€ - 20,00€]	[3,5€ - 10€]
Outros Eventos	[5€ - 12,5€]	[3,5€ - 5€]
Visita	3,50 €	n.a.

gnration		
	Grande Público	Público escolar
Espectáculos	[6,00€ - 15,00€]	[3,5€ - 5€]
Sessões de Cinema	n.a.	n.a.
Formação de Públicos	n.a.	n.a.
Outros Eventos	n.a.	n.a.
Residências Artísticas	n.a.	n.a.
Visitas a exposições	n.a.	n.a.

Braga Media Arts		
	Grande Público	Público escolar
Espectáculos	[6,00€ - 15,00€]	[3,5€ - 5€]
Sessões de Cinema	4 €	n.a.
Formação de Públicos	[5,00€ - 20,00€]	[3,5€ - 10€]
Outros Eventos	n.a.	n.a.
Residências Artísticas	n.a.	n.a.
Exposições	n.a.	n.a.
Conferencias	n.a.	n.a.

Não obstante os valores acima indicados, previamente à aprovação da programação é realizada uma reunião para a definição do preço estabelecido para cada atividade a executar, podendo o mesmo ser ajustado num montante diferente dos valores de referência apresentados.

d) Plano previsional de rendimentos – Programação Interna

Face ao acima exposto, e considerando as atividades e públicos estimados, foi definido o seguinte plano previsional de rendimentos:

Rendimentos Programação Interna	Theatro Circo	gnration	Braga Media Arts	Braga' 25
Bilheteira	302 524 €	32 243 €	21 791 €	0 €
<i>Bilhetes Inteiros</i>	177 907 €	18 202 €	16 267 €	0 €
<i>Bilhetes com desconto</i>	124 617 €	14 041 €	5 524 €	0 €
Pré-vendas	18 813 €	0 €	0 €	0 €
Cartões quadrilátero	19 378 €	2 948 €	0 €	0 €
Subsídios	229 226 €	161 146 €	138 402 €	33 656 €
Patrocínio/Apoio Eventos	44 100 €	0 €	10 000 €	0 €
Total	614 042 €	196 337 €	170 192 €	33 656 €

e) Plano previsional de custos – Programação Interna

Para a implementação das atividades, estimaram-se os custos que se resumem na tabela seguinte:

Custos Programação Interna	Theatro Circo	gnration	Braga Media Arts	Braga' 25
Produção	658 300 €	214 770 €	766 588 €	798 730 €
Comunicação	109 083 €	71 450 €	171 150 €	197 152 €
Equipa Técnica	712 960 €	374 250 €	343 391 €	400 515€
Instalações e Equipamentos	178 985 €	49 175 €	38 921 €	74 754 €
Total	1 659 329 €	709 645 €	1 320 050 €	1 471 151€

Para a definição destes custos referente ao equipamento cultural **Theatro Circo** foram assumidos os seguintes pressupostos:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando dados históricos e o tipo de atividades a desenvolver em 2024.
2. As despesas com comunicação com anúncios e ações específicas foram afetas na totalidade, visto que estas componentes da comunicação do equipamento são dedicadas exclusivamente a eventos de programação interna. No caso da produção de materiais e serviços de marketing considerou-se que há alguma partilha com as cedências externas embora em menor dimensão (80% dos recursos normais), pelo que foi afeto proporcionalmente, utilizando o rácio infra:

	Previsão 2024	Afetação 2024
Eventos programação interna	182	182
Cedências e alugueres	99	79
Eventos Theatro Circo	281	261
% Programação Interna/total Eventos		70%

3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, são afetas na proporção das atividades internas no total das atividades do Theatro Circo, uma vez que a equipa e as instalações são utilizadas por todos estes eventos, embora numa menor dimensão. Para o efeito consideramos o mesmo rácio utilizado no ponto anterior.

Para a definição destes custos no **gnration** foram assumidos os seguintes pressupostos:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando o tipo de atividades a desenvolver para o ano de 2024.
2. As despesas com comunicação foram estimadas com base em dados históricos e considerando o previsto para o ano 2024. Foram afetas na totalidade, visto que a comunicação do espaço gnration é dedicada exclusivamente a eventos de programação interna, não sendo efetuados trabalhos de comunicação para alugueres de salas ou cedências externas.
3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, são afetas na proporção das atividades internas no total das atividades realizadas no gnration, uma vez que a equipa e as instalações são utilizadas por todos estes eventos, embora com uma proporção inferior - também menos cerca de 20% (menos recursos internos, uma vez que têm equipas externas também presentes). Com este pressuposto efetuamos os cálculos seguintes e chegamos a uma % de afetação de 87%:

	Previsão 2024	Afetação 2024
Eventos programação interna	106	106
Cedências e alugueres	20	16
Eventos gnration	126	122
% Programação Interna/total Eventos		87%

Para a definição destes custos implementação das ações da **BMA** e **Braga 25** considerou-se o seguinte:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando o tipo de atividades a desenvolver para o ano de 2024.
2. As despesas com comunicação foram estimadas considerando as ações previstas para o ano 2024 e afetas na totalidade, visto que toda a atividade está afeta à divulgação exclusiva dos respetivos programas.

3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, foram também afetadas na totalidade, uma vez que a equipa e recursos usados se dedicam somente ao desenvolvimento das atividades objeto do presente contrato-programa.

f) Subsídio à Exploração

Face aos rendimentos e custos acima apresentados, e tendo por base o diferencial entre o preço real e o preço praticado pela TCB para as atividades de programação interna, estima-se a atribuição do subsídio à exploração no montante de **4.145.948€**, distribuído pelas áreas de intervenção da empresa municipal conforme apresentado no quadro seguinte.

	Theatro Circo	gnration	Braga Media Arts	Braga' 25
Rendimentos Programação Interna	614 042 €	196 337 €	170 192 €	33 656 €
Custos Programação Interna	1 659 329 €	709 645 €	1 320 050 €	1 471 151 €
Défice Gerado = Subsídio à Exploração	1 045 287 €	513 308 €	1 149 858 €	1 437 495 €



BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Introdução

1. Para efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (doravante designada de “Entidade” ou “Bragahabit”), do **Município de Braga**, com base no “Contrato-Programa” no valor de 1 800 000 euros, para o exercício de 2024, cuja minuta se anexa (documento e respetivos anexos com dez páginas, por nós rubricadas e carimbadas).

2. Este contrato programa, consubstanciado em subsídios ou outras transferências financeiras do Município de Braga, é devido como contrapartida de obrigações assumidas pela Entidade no âmbito de:

- a) Competências atribuídas enquanto entidade do setor empresarial local, ao nível dos fogos de habitação social e do apoio ao arrendamento de fogos destinados a famílias carenciadas, bem como da conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
- b) Obrigações assumidas (i) por um lado, pela Bragahabit em matéria de disponibilização de habitação em condições de preços inferiores aos preços de mercado (medidos estes pelas “rendas de mercado” estabelecidas para os casos de arrendamento sem apoio social, quanto a prédios próprios, e pelas rendas efetivamente pagas pela Bragahabit, para os casos em que recorre a prédios de terceiros) e, (ii) por outro lado, pela atribuição de apoios monetários a famílias carenciadas.



Responsabilidades

3. É da responsabilidade do conselho de administração da Bragahabit o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação dos diferenciais entre os valores das rendas a preços de mercado, ajustados às condições reais de vetustez do parque imobiliário, e os valores das rendas a cobrar aos beneficiados, tendo em conta o número de contratos previsível (à luz da experiência do passado), bem como no cômputo do valor global dos apoios monetários a atribuir, considerando o número expectável de casos em cada vertente de apoio – conforme vem expresso na correspondente minuta de Contrato Programa.

Em termos do valor efetivo do subsídio, foi acordado entre as partes um montante abaixo do estimado, com base nos pressupostos referidos, e no nível de resultados previsíveis da Entidade.

7. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor do subsídio à exploração previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela Bragahabit.

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes, facto que vem agravado pela incerteza relacionada com o atual clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico.

Braga, 31 de outubro de 2023.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

CONTRATO-PROGRAMA

Entre a **Câmara Municipal de Braga**, adiante designada por Câmara, neste ato representada pelo seu Presidente Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e a **BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, representada pelo Administrador Executivo do Conselho de Administração Carlos Alberto da Fonte Videira;

Considerando que:

- A. O apoio financeiro ao arrendamento de fogos a estratos sociais desfavorecidos efetuado pelo Município, foi transferido, por delegação de competências, para a empresa BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga;
- B. Nos termos do Artigo 5.º, dos respetivos Estatutos, a BragaHabit, E.M. tem como atribuição assegurar a gestão do parque habitacional da Empresa e dos fogos destinados a habitação de interesse social que sejam propriedade municipal, bem como de quaisquer outros que lhe sejam confiados pelo Município, celebrando com os inquilinos os respetivos contratos de arrendamento;
- C. A BragaHabit assegura também a existência de um habitat que assegure as condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais
- D. A BragaHabit exerce ainda outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Município de Braga nos domínios da ação social, educação e ensino;

- E. O valor dos rendimentos da BragaHabit, E.M. provem das rendas socialmente atribuídas, cujo valor está dependente dos rendimentos dos agregados familiares mais carenciados, obtidos de acordo com a Lei 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto;
- F. Os valores dos rendimentos obtidos das rendas sociais são muito inferiores aos que poderiam ser alcançados por arrendamento livre no mercado do mesmo património municipal;
- G. A diferença entre as rendas sociais e as rendas de mercado consubstancia a grande parte do esforço financeiro que a BragaHabit, E.M. suporta em consequência da delegação de competências referidas no ponto A;
- H. O valor aproximado do esforço financeiro feito pela BragaHabit, E.M., obtido da contabilidade da empresa e do seu programa de gestão, supera os 3,3 milhões de euros, conforme mapa de cálculo anexo a este documento;
- I. A BragaHabit, E.M. não dispõe de rendimentos de atividades próprias que assegurem a cobertura do esforço financeiro acima descrito que permitam garantir o equilíbrio financeiro da empresa;
- J. Podem ser celebrados contratos-programa que atendam à prossecução de objetivos setoriais, em conformidade com a Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, artº. 50º;

Assim:

Tendo em conta o esforço social financeiro direto da BragaHabit, E.M. por praticar rendas de acordo com a Lei do Arrendamento Apoiado, apurado de acordo com os cálculos referido em Anexo, e de forma a garantir que o equilíbrio económico e financeiro desta empresa municipal, em conformidade com a Lei n.º 50/2012, solicita-se à Câmara Municipal de Braga um apoio financeiro de 1.800.000,00 euros através da celebração de um contrato-programa.

Foi acordado a celebração do presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1^a

Objeto

O presente contrato-programa, celebrado nos termos do artº. 50º da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, tem por objeto o estabelecimento das condições a que as partes se obrigam em ordem a assegurar a prossecução de objetivos setoriais da BragaHabit no âmbito do apoio ao arrendamento urbano a famílias de fracos recursos.

Cláusula 2^a

Obrigações e direitos das partes

1. A BragaHabit obriga-se a conceder apoios habitacionais nos termos anteriormente referidos, a estratos sociais carenciados nos termos da respetiva regulamentação em vigor e legislação aplicável.

2. A Câmara obriga-se a participar financeiramente na cobertura de parte dos encargos através da atribuição de um subsídio 1.800.000,00 € (um milhão e oitocentos mil euros), para o ano de 2024, a satisfazer em duodécimos.

3. A BragaHabit obriga-se também a apresentar relatórios trimestrais demonstrativos da execução física e financeira do presente contrato.

Cláusula 3^a

Indicadores de eficácia e eficiência

O contrato-programa estabelecido entre os presentes subscritores tem por objeto assegurar a prossecução dos seguintes indicadores de eficácia e de eficiência:

3.1 Indicador de Eficiência na Utilização de Fogos

O indicador de eficiência na utilização dos fogos permite avaliar a forma como a empresa está a cumprir o seu objetivo social, nomeadamente maximizando a utilização de fogos habitacionais detidos.

Para melhor compreender o primeiro indicador, temos que referir que o número de fogos sob gestão da BragaHabit tem vindo a diminuir devido essencialmente à rescisão de contratos no regime de subarrendamento, por decisão unilateral dos respetivos senhorios, decréscimo que se prevê que se mantenha no ano de 2024.

Relativamente aos fogos devolutos, temos que atender ao facto que, desde 2019, o seu número tem vindo a aumentar, não porque estejam verdadeiramente devolutos, mas porque estão a ser utilizados como apartamentos de transição para alojar as famílias, ao longo das empreitadas de reabilitação, enquanto os fogos onde residem estão a ser intervencionado.

Com a conclusão das empreitadas, sobretudo a do Bairro de Santa Tecla, o número de fogos devolutos diminuirá muito.

Em 2024, a BragaHabit terá em execução a reabilitação de parte do seu património, enquadrado no Programa “1.º Direito”, podendo ser ainda necessário reservar alguns fogos para apartamentos de transição, mas, na sua maioria, as obras não implicarão a saída das famílias residentes.

Neste contexto, prevemos uma melhoria substancial neste indicador com a eficiência a rondar os 99%.

Indicador de eficiência	Meta		
	2022	2023	2024
Nº. De fogos sob gestão	729	750	837
Nº de fogos devolutos	10	5	4
Indicador	98.63%	99.33%	99.52%

3.2. Indicador de Eficiência na Atualização de rendas

O indicador de eficiência na atualização de rendas permite-nos avaliar a forma como a empresa ajusta o valor dos rendimentos anuais dos seus beneficiários ao cálculo do valor das rendas, de acordo com a lei aplicável.

Tem sido possível garantir a atualização de dados, incluindo a referente aos rendimentos, em todos os processos ativos em Arrendamento e Subarrendamento Apoiado.

Indicador de eficiência	Meta		
	2022	2023	2024
Nº. De processos ativos	720	741	928
Nº. De processos atualizados	719	740	920
Indicador	99.86%	99.87%	99.14%

Não se prevê que estas ações administrativas não possam continuar a ser executadas com o sucesso de anos anteriores.

3.3. Indicador de Eficácia nas Cobranças

O próximo indicador mede o grau de cumprimento dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

Conforme se pode verificar, este indicador tem vindo a piorar, apesar de todos os esforços que a BragaHabit tem feito para que tal não aconteça, designadamente com o aumento das ações nos Serviços de Cobrança e da intervenção dos Serviços Jurídicos da empresa.

As medidas extraordinárias adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19 colocaram novos desafios ao cumprimento desta meta, visto que proibiram as medidas mais coercivas, o que levou a um aumento dos valores em dívida.

Face ao exposto, será feito um esforço redobrado para garantir o cumprimento das obrigações dos inquilinos, nomeadamente através da celebração de acordos de pagamento:

Indicador de eficiência	Meta		
	2022	2023	2024
Nº. de processos ativos	720	741	928
Nº. De processos com rendas em atraso	350	250	240
Indicador	51.39%	66.26%	74.14%

Cláusula 4ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa, que vai acompanhado do parecer do Fiscal Único, produz efeitos no próximo ano de 2024 e é celebrado por proposta da Câmara Municipal de Braga e respetiva aprovação pela Assembleia Municipal de Braga, conforme dispõe o nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Cláusula 5ª

Integração em plano de atividades

Para satisfação do disposto na Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa integrará o Plano de Atividades da BragaHabit para o ano de 2024, sendo os mesmos acompanhados do parecer do Fiscal Único nos termos da alínea j) do nº6 do art. 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Braga, _____ de _____ de _____.

Pela Câmara Municipal de Braga: _____

Pela BragaHabit: _____

CÁLCULO DO ESFORÇO FINANCEIRO

O esforço financeiro suportado pela BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. em consequência da aplicação de rendas sociais às habitações sob sua gestão, por cumprimento da delegação de competências do Município de Braga, é apurado da forma seguinte:

O cálculo da renda de mercado utiliza o referencial definido na Portaria nº 277-A/210 de 21 de maio que estabelece os valores máximos de rendas por tipologia de fogo e por Município.

Todos os mapas que servem de apoio aos cálculos são extraídos diretamente da Contabilidade Analítica da BragaHabit, cujo módulo integra o Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Os mapas resumo que capeiam a informação de cada Regime de Apoio à Habitação, deve ler-se:

- 1.^a Coluna - Renda média mensal de mercado - A. Corresponde a média da renda média mensal obtida em cada tipologia;
- 2.^a Coluna - N.º de Contratos da BragaHabit com inquilinos - B. Corresponde ao número total de contratos em vigor do respetivo Regime de Apoio na data da recolha da informação;
- 3.^a Coluna - Contratos da BragaHabit a valores de mercado - C. Corresponde ao valor total do arrendamento anual que a BragaHabit obteria se aplicasse aos contratos em cada freguesia, a renda média da respetiva tipologia.
- 4.^a Coluna - Contratos da BragaHabit - renda média social - D. Corresponde ao valor da renda média que a BragaHabit obteve ao aplicar aos contratos a renda social, calculada de acordo com a fórmula da Lei do Arrendamento Apoiado;
- 5.^a Coluna - Contratos da BragaHabit a valores sociais anuais - E. Corresponde ao valor total do arrendamento que a BragaHabit obteve por aplicar a renda social;

6.^a Coluna - Valor indemnização Compensatória - F. Corresponde ao esforço financeiro que a BragaHabit suporta pela prática de renda social, calculada pela diferença entre o valor total que obteria se aplicasse a renda média de mercado em cada freguesia e a verdadeira renda que aplicou, por aplicação da fórmula prevista na Lei do Arrendamento Apoiado. Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto.

ARRENDAMENTO APOIADO

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Arrendamento Apoiado, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 2.837.461,20 euros.

ARRENDAMENTO APOIADO				
				PREVISÃO
	MÉDIA MENSAL	2023		2024
Número de processos atualizados (A)		493		500
Renda média e total das rendas de mercado (B)	520.79 €	2,906,530.80 €		3,124,740.00 €
Somatório das rendas sociais (C)	47.88 €	284,204.64 €		287,278.80 €
Somatório Subsídios (B-C)	472.91 €	2,622,326.16 €		2,837,461.20 €

SUBARRENDAMENTO APOIADO

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Subarrendamento, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 480.852,24 euros.

SUBARRENDAMENTO

	MÉDIA MENSAL	PREVISÃO	
		2023	2024
Número de processos atualizados (A)		144	150
Renda média e total das rendas de mercado (B)	350.00 €	502,087.68 €	630,000.00 €
Somatório das rendas sociais (C)	82.86 €	150,612.48 €	149,147.76 €
Somatório Subsídios (B-C)	267.14 €	351,475.20 €	480,852.24 €

RESIDÊNCIAS PARTILHADAS

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Residências Partilhadas, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 42.071,72 euros.

RESIDÊNCIAS PARTILHADAS

	MÉDIA MENSAL	PREVISÃO	
		2023	2024
Número de processos atualizados (A)		35	47
Renda média e total das rendas de mercado (B)	383.38 €	41,428.68 €	55,206.72 €
Somatório das rendas sociais (C)	23.29 €	9,135.00 €	13,135.00 €
Somatório Subsídios (B-C)		32,293.68 €	42,071.72 €

Dos quadros em cima referidos, elaboramos um quadro resumo que nos indica o total do esforço financeiro que a BragaHabit prevê despende no ano de 2024, que é estimado em mais de 3.360.385,16 euros.

RENDAS MERCADO	MENSAL	ANUAL
Arrendamento Apoiado	520,79 €	3.124.740,00 €
Subarrendamento	350,00 €	630.000,00 €
Residências Partilhadas	383,38 €	55.206,72 €
TOTAL DAS RENDAS PELA RENDA DO MERCADO		3.809.946,72 €

RENDAS SOCIAIS BRAGAHABIT	MENSAL	ANUAL
Arrendamento Apoiado	47,88 €	287.278,80 €
Subarrendamento	82,86 €	149.147,76 €
Residências Partilhadas	23,29 €	13.135,00 €
TOTAL DAS RENDAS SOCIAIS A RECEBER EM 2024		449.561,56 €

VALOR DE ESFORÇO SOCIAL À HABITAÇÃO	3.360.385,16 €
--	-----------------------

TOTAL DAS RENDAS COM RENDA MÉDIA DE MERCADO	3.809.946,72 €
---	----------------

TOTAL DAS RENDAS SOCIAIS A RECEBER EM 2024	449.561,56 €
--	--------------

VALOR DE ESFORÇO SOCIAL À HABITAÇÃO	3.360.385,16 €
--	-----------------------

Assim a indemnização compensatória, no valor de **1.800.000,00 euros (um milhão e oitocentos mil euros)** corresponderá a um apoio municipal em cerca de 53% do esforço social realizado pela BragaHabit para o ano de 2024.

IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela entidade **IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.** (adiante designada por InvestBraga) do **Município de Braga**, com base no “Contrato Programa - 2024” no valor de 399 800 euros, cuja minuta se anexa (documento com quatro páginas por nós rubricadas e carimbadas).
2. Estes subsídios à exploração são devidos pelo Município de Braga como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade, fundamentalmente referentes aos seguintes aspetos:
 - a) No quadro das suas atribuições enquanto entidade do setor empresarial local, procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e incrementem a atividade económica da região, criando condições para a instalação de novas empresas e para a promoção de novas atividades e desenvolvimento das já existentes;
 - b) Em colaboração com o Pelouro da Cultura do Município de Braga, apoiar a realização da Feira do Livro e o seu programa cultural;
 - c) Disponibilizar os serviços de apoio e espaços no Altice Fórum Braga à Companhia de Teatro de Braga para a dinamização da sua atividade.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da InvestBraga o cálculo do valor do subsídio à exploração, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos, traduzida em KPI's para as principais áreas de atuação da entidade e em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

7. A minuta do aditamento ao contrato prevê e atualiza a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem razoáveis.

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor das indemnizações compensatórias previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela InvestBraga.

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes, facto que vem



agravado pela incerteza relacionada com o atual clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerado pelas tensões geopolíticas e situações de conflito mundiais.

Braga, 03 de novembro de 2023.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

MINUTA DO CONTRATO - PROGRAMA - 2024

ENTRE

MUNICÍPIO DE BRAGA, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado pelo presidente da câmara municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**.-----

e

IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. (InvestBraga), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 504 807 706/NIPC, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), 4715-558 Braga, com o capital estatutário de cento e setenta e cinco mil euros, representada por **Carlos Duarte Oliveira e Silva**, como segundo outorgante, na qualidade de administrador, com poderes para o contrato, conforme a Ata n.º 93A/2021 do conselho de administração, que se arquivou.-----

É celebrado o presente contrato programa, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA 1. º

(Âmbito do Contrato-Programa)

1. O presente contrato-programa tem por objeto estabelecer as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objetivos programados no que respeita à promoção do desenvolvimento económico durante o ano de 2024. -----
2. Com efeito, a InvestBraga tem como objeto principal "a exploração de actividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de actividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros".
3. Para a concretização dos objetivos da atividade de dinamização económica e atração de investimento e dinamização do empreendedorismo, inerentes à mencionada delegação de competências, a CMB disponibilizará à InvestBraga o montante de 399.800 Euros

CLÁUSULA 2.º

(Obrigações da InvestBraga)

1. A InvestBraga, no âmbito da atividade de dinamização económica e atração de investimento, que é uma das áreas estruturantes da sua atividade e que tem como principal foco procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e façam crescer a atividade económica da região com: -----

- a) a instalação de novas empresas nos diferentes setores de atividade, na indústria, no comércio, nos serviços ou mesmo no setor primário, que valorizem o investimento local e promovam o crescimento do VAB e do emprego na região;
- b) promover o desenvolvimento de novas atividades económicas, de alto valor acrescentado, que potenciem o crescimento do PIB da região, as exportações e o emprego qualificado; -----
- c) promover o desenvolvimento de atividades económicas já existentes, em setores chave do Concelho, procurando promover a inovação das atividades com forte know how na região (subir na escala de valor com produtos e serviços de maior valor acrescentado); -----
- d) acompanhar/monotorizar a implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico; -----

Neste âmbito, a InvestBraga obriga-se a:

- apoiar empresários e investidores na formalização das empresas; -----
- dar a conhecer possíveis localizações geográficas para as empresas; -----
- instauração dos processos de licenciamento municipais; -----
- agilizar processos burocráticos, como licenciamento de novas atividades; -----
- identificar recursos qualificados e prestar informação relativa aos mecanismos de apoio à contratação; -----
- prestar informação relativa aos incentivos locais, nacionais e internacionais. -----

2. A InvestBraga, no âmbito da atividade de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, outra das áreas estruturantes da sua atividade, compromete-se a: -----

- apoiar o desenvolvimento de Startups com ambição internacional e elevado potencial de crescimento que atuem em área com referências fortes no ecossistema regional forte como é o caso da Economia Digital, Tecnologias Médicas e Nanotecnologia;
- orquestração e dinamização do ecossistema de empreendedorismo local através da promoção de sinergias entre as várias entidades da Rede Startup Braga;

- reforço da aposta na especialização das áreas de atuação da Startup Braga, de forma a criar diferenciação e valor a partir das vantagens comparativas e competitivas da região.
- alavancar a expansão internacional das Startups apoiadas através do estreitar de relações com outros ecossistemas;

Neste domínio a InvestBraga obriga-se a:

- promover um programa de incubação onde todos os projetos apoiados terão à sua disposição um espaço de trabalho, condições privilegiadas de acesso a serviços de apoio para o desenvolvimento da empresa, a uma rede de investidores, mentores e outros contactos de âmbito nacional e internacional, permitindo assim uma envolvente favorável ao desenvolvimento dos projetos; ----
- organizar programas de pré-aceleração direcionados a apoiar os empreendedores com ideias ainda em fase anterior à criação de empresa, com o objetivo de os ajudar a estruturar, validar e implementar um modelo de negócio; -----
- organizar em parceria com entidades terceiras, um programa de aceleração de empresas desenhado para apoiar *Startups* que desenvolverem produtos inovadores nas áreas de *digital economy*, *digital health/medtech*, e *nanotecnologia* e facilitar-lhes o acesso a investidores nacionais e internacionais.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações da CMB)

-----Pela prossecução dos objetivos setoriais citados na CLÁUSULA 2 e respeitantes ao ano de 2024, a CMB obriga-se a atribuir à InvestBraga um subsídio de exploração no montante de 399 800,00 Euros (trezentos e noventa e mil e trezentos euros), com pagamento mensal, em valor proporcional ao contrato. -----

CLÁUSULA 4.ª

(Cabimento e Compromisso)

-----A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato-programa, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: do Orçamento do Município de Braga em vigor, como consta das informações de cabimento n.º e de compromisso n.º , ambas de de .

CLÁUSULA 5.ª

(Início e duração do Contrato)

-----O presente contrato vigorará durante o ano de 2024, tendo a respetiva minuta sido aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião de XX de Dezembro de 2023, sob proposta do respetivo órgão executivo aprovada na reunião de XX do referido mês de Dezembro. -----

CLÁUSULA 6.ª

(Resolução)

-----O incumprimento por uma das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato, poderá dar origem à sua resolução imediata por iniciativa do cumpridor. -----

CLÁUSULA 7.ª

(Disposições Finais)

-----Em tudo quanto não estiver aqui expressamente previsto, são aplicáveis as disposições legais que regulamentam este tipo de contrato. -----

-----Este contrato-programa vai ser assinado pelas partes depois de o acharem conforme.

Braga, __ .-----

PELO MUNICÍPIO DE BRAGA,

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

PELA INVESTBRAGA,

Carlos Duarte Oliveira e Silva